

UM PANORAMA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E AS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE IMPACTARAM POSITIVAMENTE NA VIDA DA JUVENTUDE BRASILEIRA

AN OVERVIEW OF EDUCATION IN BRAZIL AND THE MAIN PUBLIC POLICIES THAT HAVE POSITIVELY IMPACT ON THE LIVES OF BRAZILIAN YOUTH

Débora Vieira Bruce Ferreira¹

Resumo: O presente trabalho apresenta e analisa as principais políticas públicas no âmbito educacional implantadas no Brasil, no recorte temporal de 2003 a 2014, que impactaram positivamente na democratização do acesso da juventude no ensino superior. A metodologia usada teve como ponto de partida a intuição na formulação das hipóteses, possibilitando a reflexão para em seguida obter o recorte temporal e o público alvo, obtendo a formulação do problema. O passo seguinte consistiu na organização das informações, transformando-as em material útil à verificação, e na investigação das fontes primárias, a exemplo de leis, decretos e projetos de leis; pesquisas bibliográficas, em artigos científicos, periódicos, dissertações de mestrado, e teses de doutorado. No primeiro momento o que se ver é uma abordagem de como fora estruturada a educação superior no Brasil, desde a colonização à nova república; em seguida a discussão volta-se para as principais políticas públicas criadas ou reformuladas pelo Governo Federal, a exemplo do Programa Universidade para Todos (PROUNI), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Sistema de Seleção Unificado (SISU), que contribuíram para ampliar o acesso da juventude ao ensino superior.

¹ Professora de História da Rede Estadual de Pernambuco. Graduada em História, com Especialização em Ensino de História do Brasil. Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de graduação em Pedagogia pela Faculdade Campos Elísio.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Democratização do Acesso. PROUNI. ENEM. SISU.

Abstract: This work presents and analyzes the main public policies in the educational field implemented in Brazil, from 2003 to 2014, which had a positive impact on the democratization of youth access to higher education. The methodology used had as its starting point intuition in formulating hypotheses, enabling reflection to then obtain the time frame and target audience, obtaining the formulation of the problem. The next step consisted of organizing the information, transforming it into useful material for verification, and investigating primary sources, such as laws, decrees and bills; bibliographical research, in scientific articles, periodicals, master's dissertations, and doctoral theses. At first, what we see is an approach to how higher education was structured in Brazil, from colonization to the new republic; then the discussion turns to the main public policies created or reformulated by the Federal Government, such as the University for All Program (PROUNI), the National Secondary Education Examination (ENEM) and the Unified Selection System (SISU), which contributed to expand youth access to higher education.

Keywords: Public Policies. Democratization of Access. PROUNI. AND EITHER. SISU.

INTRODUÇÃO

O que veremos a seguir é uma análise de como se estruturou o ensino no Brasil, desde a colonização aos dias atuais, e as principais políticas públicas que contribuíram positivamente para a democratização do acesso dos jovens ao ensino superior, visto que educação é um direito básico presente na Constituição de 1988, considerada cidadã.

O trabalho está estruturado em nove capítulos sendo o primeiro referente ao ensino no período colonial, o segundo sobre a educação jesuíta, seguido do período pombalino, Primeiro Reinado, as contribuições da Escola Novista, finalizando com o PROUNI, ENEM e SISU, políticas públicas implantadas na primeira década de 2000 e que impactaram na ampliação do ensino superior no Brasil.

A metodologia utilizada partiu da análise das fontes primárias e secundárias seguindo da pesquisa bibliográfica cujo objetivo foi reunir as informações e dados que nortearão a pesquisa que visa traçar um panorama sobre a educação no Brasil e as principais políticas públicas que impactaram positivamente na ampliação da oferta de oportunidades de jovens ingressarem no ensino superior.

O COMEÇO: A EDUCAÇÃO NAS ALDEIAS INDÍGENAS

Antes da chegada e da dominação européia, o Brasil contava com uma grande variedade de tribos indígenas que viviam em harmonia com a natureza só retirando aquilo que se fazia necessário para a sua sobrevivência. Existia uma população ameríndia distribuída pelo litoral e dividida em dois principais grupos: os tupi-guaranis e os Tapuias, sendo esta divisão estabelecida de acordo com a cultura e língua. O ensino entre os primeiros habitantes se dava pelo meio informal, não se fazendo necessário recorrer a instituição escolar, pois o processo acontecia através do convívio com os mais velhos. A educação indígena era acessível a todos e a transmissão do conhecimento se materializava no cotidiano, pela força da tradição e do exemplo não havendo uma pedagogia fundamentada em práticas pedagógicas. Segundo Saviani (2010, p. 36) os índios viviam em comunas, a educação não era dividida por classes e a única diferença estava na distribuição do que se aprendia de acordo com o sexo.

O ensino estava ligado a sobrevivência e correspondia com a caça, a pesca, a agricultura e o artesanato, e estava dividido de acordo com o sexo e a idade. Crianças com até 5 anos, do sexo feminino, por exemplo, estavam condicionadas a praticar atividade de fiação de algodão e fabricação de utensílios de cerâmica. Sendo do sexo masculino recebiam brinquedos como arco e flecha para desenvolver habilidades da caça e da pesca. Já aqueles com idade entre 8 e 15 anos aprendia a semear, plantar, fiar, tecer, cozinhar e preparar alimentos e no caso dos meninos deveriam acompanhar os pais na caça e na pesca.

A CHEGADA DOS JESUÍTAS E O ENSINO NO BRASIL

Nos trinta primeiros anos da colonização, os portugueses não demonstraram interesse pelas terras brasileiras, tendo em vista o comércio de especiarias realizado com o oriente. Só a partir de 1530 é que os lusitanos voltam-se para a sua principal colônia e para tanto o Rei Dom João a dividiu em quatorze faixas de terra denominada de capitanias hereditárias, entregando aos capitães donatários. Cabia a esses administrar e fazer a capitania produzir riqueza para a metrópole. Das quatorze capitanias só a de Pernambuco e São Vicente atenderam as expectativas do governo português, fator que influenciou o Rei, dezoito anos depois, implantar o Governo Geral. O objetivo era a centralização administrativa como forma de torná-la mais lucrativa.

No ano de 1549 foi nomeado o primeiro governador-geral, Tomé de Souza e junto com ele vieram em média umas mil pessoas e os primeiros jesuítas liderados por Manuel da Nóbrega. A missão dos jesuítas estava relacionada com a catequização e aculturação dos indígenas, constituindo seu projeto para a América diante da reforma protestante. O propósito era a conversão dos indios ao catolicismo e influenciar a formação do pensamento, por meio das missões e das primeiras escolas elementares. O plano de atuação dos jesuítas foi desenvolvido pelo próprio Manuel da Nóbrega e consistia em criar pequenas aldeias e deslocar as populações indígenas a esses locais para que fossem catequizadas e aprendessem a viver em um modo de vida europeizado.

Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, na expedição de Tomé de Souza, tendo como superior o Pe. Manuel da Nóbrega. Desembarcam na Bahia, onde ajudaram na fundação da cidade de Salvador e estabeleceram em 1556 o Colégio de Todos os Santos. Sendo que em 1554 já tinha fundado uma “obra” na capitania de São Vicente. Foram responsáveis pela educação durante 210 anos. Rapidamente construíram 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras em todo o Brasil.

(Educação Jesuítica do século XVI ao XVIII: a memória do espaço e o espaço da memória. Luiz Gustavo Lima Freire. Cadernos do CEOM – Ano 22, n. 31 – Espaço de memória: abordagens e práticas. P 180)

O método de ensino jesuítico consistia em um modelo expositivo, livresco, com pouco ou

nenhum sentido prático. A aprendizagem dava-se pela repetição e memorização. Os alunos eram solicitados a ler e em seguida eram interrogados e caso não atendessem as expectativas eram castigados.

O método de ensino utilizado pelos jesuítas era principalmente expositivo, livresco, com pouco ou nenhum sentido prático. O cultivo da língua nativa e das Humanidades contrastava com o, nem sempre, ajustado, mas inevitável Latim. A aprendizagem dava-se através do “reforço” ancorado em recapitulações, sabatinas e disputas semanais e anuais. Os alunos eram solicitados a realizar leituras, debates, redações, e eram interrogados sobre os temas em estudo. Apesar disso, também se usavam festas, teatro, música, recreio e tertúlias (pequenas reuniões literárias para desenvolver a criação e estimular o interesse dos alunos). Havia distribuição de prêmios para aqueles que se sobressaíssem, mas em contrapartida, uma rígida disciplina, havendo inclusive punição física, aplicada quase sempre por um não-jesuíta a quem não cumprisse as “regras do jogo”. A educação jesuítica caracterizava-se por um ensino tradicional e literário.

(Educação Jesuítica do século XVI ao XVIII: a memória do espaço e o espaço da memória. Luiz Gustavo Lima Freire. Cadernos do CEOM – Ano 22, n. 31 – Espaço de memória: abordagens e práticas. p. 180)

O ensino visava incentivar o estudo e a disciplina, e para tanto era comum a distribuição de prêmios. O objetivo maior da educação jesuítica era o ensino dos “bons costumes” sempre a serviço de Deus. Não estimulava as atividades criadoras, limitando-se ao domínio intelectual dos padres que valorizavam a dominação e a obediência.

Em 1599, foi publicado o Ratio Studiorum, uma espécie de manual que contemplava as orientações metodológicas e as disciplinas curriculares, além de ter um caráter universal e elitista.

O plano contido no Ratio era de caráter universalista e elitista. Universalista porque tratava de um plano adotado indistintamente por todos os jesuítas, qualquer que fosse o lugar onde estivesse. Elitista porque acabou destinando-se aos filhos dos colonos e excluindo os indígenas, com o que ao colégios jesuítas se converteram no instrumento de formação da elite colonial. (SAVIANI: 2011. p. 56)

O código apresentado pelo Ratio Studiorum contém 467 regras que dizem respeito a orga-

nização das classes, exercícios, repetições de lições, castigos corporais, condecorações, progressão nas séries e programas seqüenciais ministrado por determinado professor. A organização das classes dava-se pela reunião de alunos aproximadamente da mesma idade e com o mesmo nível de instrução. Os exercícios escolares visavam a leitura e a repetição. Já os mecanismos usados para incentivar os estudos passavam pelos castigos corporais para os fracassados e condecorações para os que se destacavam. (SAVIANI: 2011. p. 52)

O quadro político na Europa, em especial em Portugal, era marcado pelo absolutismo monárquico, representado pelo Rei Dom José I e pelas idéias iluministas. Nesse contexto vai ser convidado para assumir um Ministério no reino, o Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, que implementa uma série de reformas visando recuperar a economia, modernizar a cultura, fortalecer o pacto colonial que para tanto expulsa os jesuítas do Brasil sob a alegação de estarem incentivando a resistência indígena contra a dominação portuguesa.

O ENSINO DURANTE A PRESENÇA DO MARQUÊS DE POMBAL

As reformas pombalinas como ficaram conhecidas trataram de expulsar os jesuítas da colônia e extinguir a escravidão indígena. Seu objetivo era acabar com a dominação e interferência religiosa nos assuntos de cunho econômico, bem como promover uma reforma no ensino afastando a educação da interferência dos padres da Companhia de Jesus. A lógica era passar para o Estado a responsabilidade com o ensino e desta forma preparar um corpo de intelectuais capazes de administrar a colônia visando atender os interesses da metrópole.

Essas reformas atingiram o ensino, sobretudo por meio do Alvará Régio de 28 de junho de 1759 que expulsou os jesuítas de Portugal e da colônia, acabou com as escolas administradas pela ordem, confiscou todos os bens, criou a figura do “Diretor Geral dos Estudos”, para nomear e fiscalizar a ação dos professores, bem como instituiu as Aulas Régias visando sanar a deficiência de professores e normatizar o ensino.

O Alvará de 28 de junho ateve-se à “reforma dos estudos menores”, que correspondem ao ensino primário e secundário. Após um preâmbulo, o documento trazia as disposições relativas ao diretor de estudos e aos professores de gramática latina, de grego e de retórica. Como se vê, o objetivo desse Alvará privilegiou os estudos das chamadas “humanidades”, portanto, o ensino correspondente ao nível secundário. Os estudos de nível primário, ou seja, as aulas régias de primeiras letras que compõem a parte inicial dos estudos menores, serão incluídas na segunda fase da reforma regulada em lei de 1772. (SAVIANI: 2011. p. 89)

As reformas visavam modernizar a metrópole e a colônia colocando-as no nível do Século das Luzes. Nesse sentido as medidas de remodelação do ensino passavam pela criação das aulas régias de primeiras letras, a racionalização das aulas de gramática latina, grego, retórica e filosofia e à modernização da Universidade de Coimbra pela introdução dos estudos das ciências. (SAVIANI: 2011. p. 103). Foram criadas as aulas do comércio, cujo objetivo era formar os novos comerciantes e prepará-los em práticas contábeis e mercantis, de perfil estritamente prático e o cargo de diretor-geral dos estudos.

No Brasil as reformas pombalinas pretendiam criar as escolas para atender os interesses do Estado, aparelhando-as e voltando-as para setores estratégicos, cujo objetivo estava atrelado aos interesses da metrópole portuguesa. A proposta também estava ligada aos ideais burgueses, difundindo e valorizando o modo de produção capitalista e preparando as bases para as reformas ou revoluções burguesas.

Essa nova fase vem marcar o início do ensino laico e público na colônia, tendo o professor nas aulas de primeiras letras a responsabilidade de instalar em sua própria residência o local para a aprendizagem. Os alunos frequentavam a casa do professor assumindo uma presença significativa na vida dos jovens.

Nesse contexto também vão ser criados os seminários para atender aqueles que desejavam um ensino mais intelectualizado ou até mesmo se tornar padres. Essas instituições serão responsáveis pela propagação das ideias iluministas, se configurando em centros difusores do espírito que norteará

as revoltas separatistas aqui na colônia e que terá como norte a ruptura com a metrópole portuguesa.

Só no ano 1808, com a transferência da família Real para o Brasil e que vão ser criadas as primeiras instituições laicas de nível superior, sendo elas as Escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador, hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, e a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro, ambas fundadas logo após a chegada da Família Real no Brasil. (MARTINS: 2002).

Com a Independência do país surgiu a necessidade de se criar leis para a recém-nação, assim como criar o sentimento de pertencimento e nacionalidade no povo brasileiro. Nesse contexto a autoridade política, Dom Pedro I, convoca a Assembleia Nacional Constituinte cujo objetivo era elaborar a primeira Constituição do Brasil. Os debates foram calorosos, sobretudo no que se refere a criação de instituições de ensino superior no país.

O ENSINO NO PRIMEIRO REINADO

As discussões foram intensas, tendo seu início no vigésimo sétimo dia do mês de agosto, com os deputados defendendo com certo grau de eloquência no que se refere a localidade e os cursos ofertados pelas instituições de ensino. Silvia Lisboa, Carvalho e Melo e Nogueira Gama defendeu a criação do curso de Direito no Rio de Janeiro, capital do país, argumentando que nesta cidade existia as condições básicas para a instalação de tal empreendimento.

Almeida Albuquerque e Fernandes Pinheiro levantaram a defesa para que a instalação se desse em São Paulo e Muniz Tavares argumenta a importância do curso jurídico em Pernambuco. (RODRIGUES: 1974. p. 87). Todas essas discussões vão ser ignoradas pelo Imperador no episódio em que ele fecha a Assembleia Nacional Constituinte e nomeia pessoas de sua confiança para pensar a nova carta magna.

O debate em torno do ensino só reacende no ano de 1826 com a aprovação da proposta do Visconde de São Leopoldo, aprovado em 11 de agosto de 1827, e que previa a necessidade de se criar/instalar uma instituição de ensino superior em Olinda e São Paulo, que pudesse ofertar o curso jurí-

dico.

No Segundo Reinado houve uma discreta ampliação na oferta de curso superior no Brasil, que logo foi deixado de lado ressurgindo nos momentos que antecederam a Implantação do regime republicano. Foi nos anos finais do Segundo Reinado que intensificou-se o debate em torno da educação e de outros direitos sociais. Nesse contexto os defensores do novo regime vão realizar uma ampla propaganda em torno da República a fim de conquistar a simpatia e a adesão da sociedade brasileira.

Implantada a nova forma de governo em 1889 pouco foi feito para colocar em prática os direitos sociais e em especial o direito a educação. Só na segunda década de 1930 é que o debate volta a cena política tendo no movimento Escola Nova o centro das discussões.

A ESCOLA NOVA E O ENSINO NO BRASIL

Na segunda metade do século XX ganha força no Brasil o método de ensino denominado de Nova Escola cujo principal expoente fora Anísio Teixeira. Esse movimento surge em um contexto de transformações sociais, políticas e econômicas sob a crença de que a educação era o principal instrumento para se chegar a uma sociedade democrática.

Nesse contexto, no ano de 1932, durante o governo de Vargas é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação que vem consolidar a visão de um segmento da sociedade brasileira, que desejava interferir na condução da política educacional. O documento foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 26 intelectuais ligados a educação dentre eles: Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho e Cecília Meireles todos defendendo uma educação organizada pelo Estado, que fosse pública, gratuita, obrigatória e laica. (LUSTOSA JUNIOR: 2009).

Esse movimento tinha como proposta renovar a escola tradicional defendendo uma educação para todos cuja responsabilidade ficaria a cargo do Estado, característica que vai se confirmar com a Constituição de 1934. Com a deposição de Vargas em 1945, assume Eurico Gaspar Dutra que no final do seu governo realiza as eleições presidenciais, concorrendo para a volta de Getúlio a Presidência.

Em agosto de 1954, Vargas comete suicídio e a presidência passa para as mãos do Vice, Café Filho, que mesmo diante da tentativa dos conservadores de tomarem o poder, não mede esforços e garante a realização das eleições de 1955, que ocorreram no mês de outubro, sendo Juscelino Kubitschek (PDS) o vitorioso, derrotando seu principal oponente Juarez Távora (UDN). Depois de empossado, JK procura colocar em prática as promessas de campanha e para tanto apresenta nos primeiros dias de mandato o Plano de Metas que consistia em trinta e uma metas, distribuídas em áreas estratégicas, sendo elas: transporte, energia, indústria, alimentação e educação; tendo ainda a meta síntese que representava a construção de Brasília, todas voltadas para fomentar o desenvolvimento e o crescimento econômico do país. (GONZALES: 2011).

O plano de governo do então Presidente demonstra a falta de compromisso com uma política educacional de fato eficaz, comprometida com o pleno desenvolvimento da pessoa humana e com a formação cidadã, pois o que estava em jogo era atrair o capital externo, seja por meio da instalação de empresas multinacionais no território brasileiro ou ainda recorrendo a instituições financeiras como o FMI. Esses organismos internacionais por sua vez, ditavam certas condições para a concessão dos empréstimos, exigindo cortes de gastos e redução de investimento no setor educacional. O argumento era barrar qualquer pedido de empréstimos, feito pelos países emergentes, que não cumprisse as determinações internacionais, sob o argumento de que as decisões seguiam critérios técnicos sendo vetados os casos em que o credor não atendesse as exigências impostas.

As realizações da administração JK teriam se voltado prioritariamente para a edificação de grandes obras e para “intensa capitalização do Brasil, em particular por meio de investimento estrangeiro”, considera Vieira. A economia teria prevalecido em detrimento da política social, e as “metas econômicas do governo federal não só conviveram com precárias condições de vida da maioria da população brasileira, como nunca permitiram ocultá-las, através da febre desenvolvimentista”, diz o autor (idem, p. 127). O Programa de Metas privilegiava os chamados setores prioritários – energia, transporte, alimentação e indústria de base -, dando alguma relevância à formação técnica dos trabalhadores, incluída na meta referente à Educação. Este setor, assim como a Saúde Pública, a Habitação Popular, a Previdência Social e a Assistência Social, teriam merecido atenção menor na política juscelinista. (idem,

p. 128). (CUNHA: 1991. p. 182).

No que tange a educação, o Plano reservou um percentual de apenas 3% de toda a verba para investimento no setor educacional, e os esforços, que se traduzem na implantação das políticas públicas, voltaram-se para o ensino técnico, modalidade considerada essencial para o crescimento industrial. Só nos anos finais do governo JK, foi retomada, de forma mais eficaz, a agenda de discussões sobre a escolanovista desta vez com o reforço de intelectuais a exemplo de Darcy Ribeiro e Fernando Henrique Cardoso. (MUNHOZ: 2006).

No tocante a ideologia, a lógica era preparar as instituições de ensino e seus professores para a nova realidade de mudanças, ou seja, as escolas deveriam preparar os trabalhadores que iriam ocupar os postos criados pela política desenvolvimentista do então Presidente.

No Governo de João Goulart, mas precisamente em 1961, é que o debate sobre a temática educação se intensifica, depois de praticamente três décadas de ostracismo, culminando com a aprovação e consolidação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – primeira legislação específica para regularizar o sistema de ensino no Brasil. Ela estabeleceu a educação primária e a de grau médio, ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial; instituiu o Conselho Federal de Educação e os Conselhos Estaduais que definirão as disciplinas obrigatórias e a amplitude dos seus programas em cada ciclo. Estabeleceu o percentual que deverá ser investido pela União, Estados e Municípios, assim como regularizou o ensino religioso enquanto disciplina das escolas oficiais e de matrícula facultativa. Para os alunos que concluírem a educação primária, a lei instituiu o exame de admissão ao ginásio como pressuposto para prosseguir nos estudos; o exame de madureza para os maiores de dezesseis anos que desejasse obter o certificado de conclusão do curso ginásial e para os maiores de dezanove anos para a obtenção do certificado do curso colegial. (BRASIL, 1961).

A LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO, A LEI Nº 4.024/61

Com a renúncia de Jânio Quadros, houve uma intensa mobilização para garantir a posse de João Goulart, nesse cenário vai ser debatida e aprovada a Lei de Diretrizes e Base da Educação, a Lei nº 4.024/61 que vem regulamentar o ensino no país. As discussões foram intensas tendo de um lado os defensores de que o Estado deveria se responsabilizar pelo ensino e por uma educação de qualidade para todos. A outra linha de defesa sustentava que os indivíduos possuíam direitos individuais e por isso cabia a cada um decidir sobre o tipo de escola para seus filhos, cabendo apenas ao Estado traçar as diretrizes do sistema educacional.

Ao fim dos debates a Lei foi aprovada estabelecendo a educação primária e a de grau médio, ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, além de instituir o Conselho Federal de Educação e os Conselhos Estaduais que juntos definirão as diretrizes do ensino. (BRASIL, 1961).

Em agosto de 1971, dez anos depois, foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei Nº 5.692/71, cuja tramitação foi rápida sem grandes discussões, tudo realizado a partir do Projeto de Lei 9/1971.

O Projeto de Lei 9/1971 chegou ao congresso em regime de urgência. Em 40 dias, foi analisado por uma comissão mista (que tinha 18 parlamentares da Arena, o partido do governo, e apenas 4 do MDB, partido de oposição) e encaminhado para votação em sessão conjunta do Senado e da Câmara. A discussão e a votação no Plenário do Congresso Nacional ocorreram em um único dia, em julho de 1971. (BELTRÃO: 2017).

A Lei 5.692/71 fixou as diretrizes do ensino de 1º e 2º grau, potencializando o preparo para o mercado de trabalho e para obedecer a ordem em vigor. O ensino, na época de 2º grau, configurou-se de um caráter técnico se preocupando para a atuação no mercado de trabalho.

A NOVA LDB, LEI Nº 9.394/96 E AS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLANTADAS NA DÉCADA DE 2000.

Com a redemocratização do país, surge a necessidade de se elaborar uma nova constituição e para tanto, houve uma intensa participação dos congressistas e da sociedade civil organizada para aprovação do novo texto constitucional. Sua promulgação e apresentação a sociedade, ficou a cargo do Presidente do Congresso Nacional, Ulisses Guimarães, que a chamou de Constituição Cidadã.

Nesse contexto o Deputado Octávio Elísio apresenta um Projeto de Lei fixando as diretrizes nacionais para a educação no país. A relatoria ficou com o deputado Jorge Hage que propôs uma ampliação dos recursos para a educação. Para sua elaboração e aprovação foi realizada uma intensa negociação para defender uma escola pública e democrática, além da realização de audiências públicas para discussão dos pontos polêmicos.

Nas eleições de 1989, disputaram em segundo turno Luis Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Collor de Melo (PRN), sendo esse último vencedor e o responsável por uma década caracterizada pelo rápido avanço tecnológico e da nova ordem globalizada.

Em 1989, num clima de insatisfação e desconfiança, teve início a campanha para presidência da República. Concorriam ao cargo mais de 20 candidatos, entre os quais Wlysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Fernando Collor de Mello (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva (PT).

O jornalista Fernando Collor de Mello pertencia a uma família tradicional de políticos e empresários e tinha sido prefeito de Maceió, deputado federal pelo PDS e governador de Alagoas pelo PMDB.

Collor conhecia o poder dos meios de comunicação de massa e sabia utilizá-los a seu favor. Nos programas eleitorais gratuitos, ele se apresentava como inimigo número 1 da corrupção e prometia derrubar a inflação, governar para os descamisados e caçar os marajás do serviço público; divulgado pela mídia, o termo marajá ganhou popularidade. Uma parcela grande da população, convencida desse discurso, passou a acreditar que aí estava a origem de todos os males do povo brasileiro. (...)

Luís Inácio Lula da Silva, o maior opositor de Collor de Mello na campanha presidencial, tinha um perfil bem diferente deste. Lula havia sido operário,

metalúrgico e líder sindical e conquistado popularidade a liderar as greves históricas iniciadas no ABC paulista, em 1978. Em 1982 foi candidato a governador e, quatro anos depois, elegeu-se deputado federal.

Lula apresentava-se como o candidato dos trabalhadores, e seu programa de governo criticava a desigualdade social, a pobreza, e propunha suspender imediatamente os pagamentos referentes à dívida externa; organizar um governo democrático-popular (anti-imperialista); promover a reforma agrária e o desenvolvimento e pró dos trabalhadores.

No segundo turno da eleição a disputa evoluiu para uma polarização ideológica; as forças conservadoras (PFL, PDS e boa parte do PMDB) passaram a apoiar Collor abertamente, por medo de que Lula vencesse a corrida presidencial, enquanto Mário Covas, do PSDB, e Leonel Brizola, do PDT, deram apoio a Lula.

Na reta final da campanha, Collor foi ajudado pelos grandes partidos, pelos meios de comunicação de massa e pelo uso eleitoral de fatos da vida pessoal de seu adversário. E, com isso, Collor de Mello, do Partido da Reconstituição Nacional (PRN), venceu Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Collor recebeu 35 milhões de votos, contra 31,1 milhões dados a Lula. (ALFREDO: 2016. p. 266).

As eleições de 1989, ficaram marcadas pelo grande número de parlamentares da ala conservadora o que dificultou a tramitação do projeto de LDB de Jorge Hage que recebeu várias emendas parlamentares obrigando o seu retorno para as comissões e por isso atrasando sua aprovação em plenário.

Com uma nova composição parlamentar, cujo perfil é mais conservador que a composição da legislatura anterior, o projeto vai a plenário da Câmara dos Deputados, em maio de 1991, e recebe 1.263 emendas dos parlamentares. O excessivo número de emendas constitui-se no artifício utilizado para o seu retorno às Comissões Técnicas (Comissão de Educação, Comissão de Constituição e Justiça e Redação e Comissão de Finanças e Tributação) para ser analisado. (OLIVEIRA: 1997. p. 819).

Só em 1993, por meio de um acordo suprapartidário é que esse PL é aprovado na Câmara devendo seguir para o Senado Federal, onde Darcy Ribeiro (PDT/RJ) apresenta uma nova proposta de caráter privatista não obtendo dificuldades para sua aprovação. O texto segue para a Câmara dos

Deputados onde foi aprovado de maneira definitiva em 17 de dezembro de 1996, já no governo de Fernando Henrique Cardoso. (BOLLMANN; AGUIAR: 2016. p. 416).

A nova LDB fortaleceu o caráter privatista e mercantilista da educação no Brasil reduzindo a responsabilidade do Estado em garantir um ensino público, gratuito e de qualidade.

O PROUNI - PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito com uma ampla margem de votos e sua vitória representou a derrota do projeto neoliberal que marcou a década anterior. Na presidência Lula assume o compromisso com a ampliação dos direitos sociais e com a política de bem-estar social. Para o Ministério da Educação, foi nomeado o Senador Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque do PDT que na cerimônia de posse assume o compromisso em garantir uma educação pública para jovens e crianças.

Não demorando muito tempo no Ministério da Educação foi substituído por Tarso Fernando Herz Genro, que nos primeiros meses de trabalho criou as condições para a implantação do PROUNI, Programa Universidade Para Todos encaminhando em 2004 ao Congresso Nacional o Projeto de Lei – PL - nº 3.582/2004 que dispunha sobre a implantação do programa. Como o tramite legal de um PL no Legislativo é bastante lento, o governo decide então, diante da urgência da questão, assinar uma MP nº 213, de 10 de setembro de 2004, cujo teor foi dar incentivo as instituições de ensino superior a concederem bolsas de estudo integrais ou parciais para alunos carentes e professores lotados na rede pública. (PEREIRA; TAVARES JÚIOR: [201-]. p, 104).

O objetivo do governo era aumentar a quantidade de estudantes de baixa renda nas instituições de ensino da rede privada. A idéia era que as instituições oferecessem bolsas de estudos em troca de isenções fiscais a exemplo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). Já os critérios para a seleção dos beneficiados, seria a nota e o perfil socioeconômico do estudante no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). (CATANI; HEY; GILIOLI: 2006).

O ENEM – EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

No governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, especificamente no ano de 2004, o Ministério da Educação vinculou a nota do ENEM à concessão de bolsas de estudo do PROUNI o que contribuiu para ampliar o número de estudantes oriundos de escola pública no ensino superior.

Em 2009 o Ministro da Educação, Fernando Haddad, propõe uma reformulação no ENEM vindo se chamar Novo Enem. Com as mudanças, as escolas procuraram adequar o PPP a avaliação, bem como o currículo e toda prática pedagógica. No ano seguinte o exame é vinculado ao SISU (Sistema de Seleção Unificado) por meio da Portaria Normativa nº 02, de 26 de janeiro de 2010, que veio ser regido dois anos depois, pela Portaria Normativa nº 21, de 05 de novembro de 2012 possibilitando ao estudante que prestou o ENEM usar sua nota como mecanismo de ingresso no ensino superior em instituições públicas.

Em 2012 foi instituída a Lei nº 12.711/2012 que integrada ao SISU, passou a reservar 50% das vagas, em cursos de graduação para candidatos oriundos de escolas públicas, bem como ampliou o percentual de vagas para pretos, pardos e indígenas correspondentes ao número dessa população de acordo com o último censo demográfico realizado pelo IBGE. (SOUZA: 2017. p. 90).

A preocupação do MEC com essas ações foi possibilitar o acesso, a expansão e a democratização do Ensino Superior àqueles que compõem as classes menos favorecidas; promover a redução das desigualdades sociais e aumentar o número de matrículas de jovens com idade entre 18 a 24 anos no ensino superior. (LUZ: 2014. p. 81).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar, a década de 2000 foi bastante significativa no que se refere a adoção de políticas públicas que possibilitaram o ingresso de jovens oriundos de famílias de baixa renda

a ingressarem no ensino superior. Essas medidas representaram uma postura política de inclusão e de preocupação com a juventude, colocando-a no centro do debate, configurando uma mudança estrutural nos rumos do Brasil.

O que se viu foi a implantação do ENEM, SISU e PROUNI que atuando de maneira integrada ampliou as oportunidades do povo brasileiro em ter uma vida com dignidade e mais justiça social.

Esses avanços estão ameaçados em decorrência dos interesses da direita e da extrema-direita brasileira que alinhadas a grandes potências econômicas estão implantando em nosso país uma política de desmonte e retirada de direitos. O que temos pela frente é um grande desafio onde o que está em jogo é a continuidade do que está posto ou o retorno àquele momento que marcou a primeira década de 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO, Tatiana. A Reforma tornou o ensino profissional obrigatório em 1971. Agência Senado. 03/03/2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

BOLLMANN, Maria das Graças; AGUIAR, Leticia Carneiro. LDB: projetos em disputa da tramitação à aprovação em 1996. Revista Retratos da Escola, Brasília, vol. 10, nº 19, p. 407 – 428. Jul./ Dez. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 2016.

BRASIL. FNDE. Sobre o Fundeb. [2000?] Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/arez-para-gestores/dados-estatisticos/item/4752-hist%C3%B3rico>. Acesso em: 06 nov. de 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Emenda Constitucional nº 14, de 1996. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília. 1997.

BRASIL. Lei nº 4.034 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRASIL. Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e de outras providências. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/proposicoesweb/fichadetramitacao?idProposicao=264231>. Acesso em: 23 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. SISU – O que é e como Funciona. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&vie. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. SISU – Sistema de Seleção Unificada. Brasília. 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/SISU>. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL, Portaria Normativa Nº 02/2010: Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada – Sisu. Diário Oficial da União – Seção 1, Edição Número 214, páginas 8 e 9, terça-feira, 06 Nov. de 2012. .

BRASIL. Redação final ao Projeto de Lei 1258-C/88. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1993. In: Diário do Congresso Nacional, Suplemento ao nº 80, de 14 maio 1993.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Relatório das Eleições 2002, Brasília, 2003, Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: http://www.tes.jus.br/hotsites/catalogopublicacoes/pdf/relatorio_eleicoes/relatorio.pdf. Acesso em: 18 out. 2019.

BUARQUE, Cristovam. (Discurso de posse como Ministro da Educação.) Folha de S. Paulo – S. Paulo, 03 jan. 2003. Folha Online. Disponível em: www.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44399.shtml Acesso em 30 jan. 2020.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior. Educar em Revista. Nº 28, Curitiba, jul./dez.

2006.

CUNHA, Marcus Vinícius da. A Educação no Período Kubitschek: os centros de pesquisa do INEP. R. Brás. Est. Pedag. Brasília, n 72, maio/ago. 1991.

FREIRE. Luiz Gustavo Lima. Educação Jesuítica do século XVI ao XVIII: a memória do espaço e o espaço da memória. Cadernos do CEOM – Ano 22, n. 31 – Espaço de memória: abordagens e práticas.

LUSTOSA JÚNIOR, José Voste. Ao Povo e ao Governo: o ideário educacional do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova no Brasil. Editora Realize. 2009.

LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da; VELOSO, Tereza Cristina Mertens Aguiar. Sistema de Seleção Unificada (SISU): Refletindo sobre o processo de seleção. Revista Educação e Fronteiras On-Line, Dourados, MG, v. 4, nº 10, p. 68-83, jan/abr. 2014.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. Acta Cir Bras. Vol. 17. Sup. 3. São Paulo 2002.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. A LDB e o Contexto Nacional: o papel dos partidos políticos na elaboração dos projetos – 1988 a 1996. In: Anais do IV Seminário Nacional. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Regina%20Tereza_Cestari_de_Oliveira_artigo.pdf> Acesso em: 12 jan. 2020.

PEREIRA. Orcione Aparecida; JUNIOR. Fernando Tavares. A Expansão do Ensino Superior e as Políticas Públicas: um estudo do PROUNI. In: Revista Pesquisa em Debate em Educação. V. 5, n. 2, 2015.

RODRIGUES, José Honório. Assembléia Constituinte de 1823. Petrópolis: Vozes LTDA, 1974.

SAVIANI. D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas, SP. Autores Associados, 2010.

SAVIANE, Dermeval. Histórias das idéias pedagógicas no Brasil. 3. ed. rev. 1 reimpr, - Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

OUTRAS FONTES:

<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-geral.htm>. Acesso em 30/01/22 as 21h 30min